



UMA ANÁLISE DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RECIFE: formação de professores em Educação de Jovens e Adultos¹

RESUMO: A pesquisa analisa as políticas de formação continuada de professores da Educação de Jovens e Adultos do município de Recife, Pernambuco, evidenciando as concepções de formação continuada de professores presentes nessas políticas. Em termos teórico-metodológicos desenvolveu-se a pesquisa documental, tendo como *corpus* de análise as Diretrizes da Formação Continuada de Professores do Recife e a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife. Os documentos foram analisados mobilizando a técnica da Análise Temática, uma das técnicas da Análise de Conteúdo. Os dados revelaram que a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife da EJA apresentou elementos que buscaram promover uma educação integral, contextualizada e centrada no estudante. Contudo, identificou-se a pouca referência quanto à formação de professores, especificamente à formação continuada. Contudo, nas Diretrizes da Formação Continuada de Professores(as) do Recife foi possível identificar quatro concepções de formação continuada: a formação como direito; a formação como consolidação e reconstrução dos saberes docentes; a formação docente reflexiva em sintonia com as necessidades da escola; e a formação como referência do saber docente. Conclui-se que é fundamental que as políticas educacionais incluam diretrizes claras e eficazes para a formação dos professores, reconhecendo sua importância e fornecendo suporte adequado para o desenvolvimento profissional contínuo.

PALAVRAS-CHAVE: formação continuada; política de ensino; diretrizes de formação continuada.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar nas políticas do município de Recife, Pernambuco, as concepções de formação continuada de professores da Educação de Jovens e Adultos, tendo sido desenvolvida a partir do programa de iniciação científica compondo o projeto intitulado “Formação de professores em Educação de Jovens e Adultos em Recife”.

Assim, a pesquisa surge a partir da compreensão que a formação continuada desempenha um papel crucial na redução das estatísticas preocupantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, em 2022, a taxa nacional de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos atingiu aproximadamente 5,6% da população, totalizando

¹ Artigo resultado de projeto de pesquisa, ensino e extensão.

cerca de 9,6 milhões de pessoas. Destaca-se que desta porcentagem, o Nordeste do Brasil, detém cerca de 55,3% (5,3 milhões de pessoas) da população analfabeta, evidenciando a necessidade de investigar os processos de ensino, aprendizagem e formação continuada de professores da EJA nesta região.

No âmbito teórico, alinhamos nossos argumentos com a perspectiva de Paulo Freire (2005), que concebe a educação dialógica como o "encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu" (p. 91). Acreditamos que, por meio do diálogo e da expressão, surgem oportunidades para construir um pensamento crítico, identificar a opressão e engajar-se na luta contra o opressor, especialmente na EJA, onde a sala de aula abriga uma diversidade de faixas etárias. O diálogo, assim, se torna uma ferramenta vital para integrar as experiências dos estudantes, promovendo uma compreensão abrangente entre as diferentes gerações.

Associado a isso, também problematizamos as deficiências estruturais, sociais e políticas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nível de ensino atravessado por um histórico de negligência no cenário educacional brasileiro, especialmente na educação direcionada às camadas populares. Esse processo não ocorre de maneira inconsciente, pelo contrário, evidencia-se como resultado de interesses orientados pela classe dominante, que busca perpetuar seu poder (Sampaio; Almeida, 2009). Diante desse contexto, observa-se a implementação de políticas públicas educacionais com o intuito de aprimorar o sistema educacional brasileiro, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 2021) e o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) que definem com mais clareza a EJA como modalidade de ensino da educação básica. Dessa forma, por meio não só de legislações como a LDB e o PNE, mas também através da luta dos movimentos sociais, a EJA "deixa de ser um mero projeto de governo e assume um papel muito maior, por meio dos princípios constitucionais visando o desenvolvimento do cidadão através da sua reinserção ao sistema educacional" (Moreira; Chaves, 2020, p. 10)

Quanto ao percurso teórico-metodológico, realizou-se uma pesquisa documental a partir das Diretrizes da Formação Continuada de Professores(as) do Recife (Recife, 2020) e da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife (Recife, 2021), analisando os dados a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977).

2 METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida neste estudo se baseou na pesquisa documental, que segundo Gil (1999) pode ser definida como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (p.8). Assim, esta investigação analisou a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife da Educação de Jovens e Adultos (Recife, 2021) e as Diretrizes da Formação Continuada de Professores(as) do Recife (Recife, 2020), buscando compreender a natureza dos textos, seus conceitos-chave e sua lógica interna (Cellard, 2014).

O acesso a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife da Educação de Jovens e Adultos se deu através do Portal da Educação do Recife, já o acesso ao documento das Diretrizes se deu através do site da Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire². A escolha pela cidade do Recife ocorreu por esta ser pioneira na construção de uma política de ensino para Educação de Jovens e Adultos, bem como, pela sua importância histórica e social no estado de Pernambuco.

A análise do Plano de Ensino e das Diretrizes foi realizada a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), sendo esta

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (p. 42).

Dessa forma, utilizou-se a técnica da Análise Temática, uma das formas de desenvolver a Análise de Conteúdo. De acordo com Valla (1990), a Análise Temática só pode ser compreendida a partir de um contexto. Assim, entender o contexto da produção dessas políticas foi necessário para encontrarmos os resultados da pesquisa.

A partir da Análise Temática, percorreu-se três fases para a análise dos documentos: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento e as inferências sobre os resultados. A fase da pré-análise consistiu na apropriação teórica sobre o objeto de pesquisa e do levantamento das políticas municipais de Recife para a EJA.

² Criada pelo Decreto Nº. 28.480 de 24 de dezembro de 2014, tendo o objetivo de realizar ações de formação continuada dos educadores da rede Municipal de Ensino do Recife.

A fase da exploração do material foi realizada a partir da leitura flutuante dos documentos selecionados, seguida da leitura exaustiva dos documentos, conforme o critério de exaustividade proposto por Bardin (1977). Essa fase também “consistiu na organização cuidadosa dos dados a fim de que tivéssemos condição de olhar para estes e encontrar respostas que cumprissem com o problema de pesquisa e atendessem aos objetivos propostos pela mesma” (Mainar, 2015, p. 101). Com essa organização, formou-se o *Corpus Documental* que expressou a parte dos dados relevantes ao objeto de investigação e que permitiu a codificação e a constituição dos eixos de sentidos, para seguir a fase do tratamento dos dados e inferências sobre o objeto. Nesta fase desenvolveu-se a codificação a partir da construção de quadros que sintetizaram as concepções de formação continuada presentes no Plano de Ensino e nas Diretrizes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife (RMER), elaborada entre 2014/2015, surge através de um Grupo de Trabalho, tendo em sua concepção professores(as), técnicos(as) e diversas representações das secretarias e comunidades acadêmicas de Pernambuco (Recife, 2021, p. 10), sendo possível visualizar a participação coletiva na construção do documento.

Assim, as características próprias, marcas das experiências pessoais e profissionais dos sujeitos envolvidos nessa construção formam a política do município de Recife, materializando a prática coletiva, onde a responsabilidade é compartilhada, considerando o contributo dos diversos grupos que compõem o sistema educacional do município, provocando o diálogo e assumindo as necessárias trocas entre seres diferentes (Leite; Pacheco, 2008).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) visa proporcionar aos estudantes uma formação integral, respeitando suas experiências de vida, suas características individuais e suas demandas sociais. Dessa forma, a legislação da rede municipal do Recife, alega que

[...] a Política de Ensino, estabelece ainda, o compromisso com uma educação que abre espaço para os conhecimentos e para as referências que os(as) estudantes trazem de seu contexto social e cultural, compromisso que os(as) ajude a incorporar os saberes escolares com condições de se tornarem sujeitos capazes de propor, debater, argumentar,

decidir, construindo novos significados para o local, onde vivem seus direitos, e os saberes das diferentes culturas. (Recife, 2021, p. 24).

Diante do exposto, a política do município aponta para a necessidade dos conteúdos serem abordados na EJA de forma contextualizada, relacionando-os com a realidade e os interesses dos estudantes, colocando-os como foco principal do processo educativo, bem como, dando valor e significado para o contexto em que vivem.

É possível perceber, portanto, certa articulação da política analisada com a perspectiva freireana, uma vez que também ressalta a importância de se conhecer a realidade do educando, estabelecendo o diálogo entre professores e estudantes a partir do reconhecimento da incompletude dos sujeitos, de sua constituição inconclusa (Silva; Souza; Costa, 2022).

A política de ensino baseia-se ainda na relação entre os eixos da Educação Integral, a Gestão Democrática e a Formação Continuada, se articulando com a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). A Educação Integral busca promover a formação integral dos estudantes, considerando o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e cultural, reconhecendo que “o ambiente educacional pode proporcionar experiências que estimulem a curiosidade e a autonomia nas diversas situações desafiadoras da vida” (Recife, 2021, p. 25).

A Gestão Democrática busca a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo, enquanto a Formação Continuada visa capacitar e atualizar os professores para aprimorar sua prática docente. Esses eixos se relacionam com as Competências Gerais da BNCC, que envolvem habilidades socioemocionais, formação cidadã, participação social e política, cultura digital, científica e tecnológica.

No entanto, a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, faz pouca referência a formação continuada de professores, sendo essa temática tratada apenas na reedição da matriz curricular da disciplina de ensino religioso quando passou pela reformulação para atender as normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “visando a estabelecer as aproximações entre os documentos” (Recife, 2021, p. 21).

Diante disso, buscou-se analisar as Diretrizes da Formação Continuada de Professores (as) do Recife para compreender as concepções de formação continuada. Sendo assim, tendo sua primeira edição em 2020, o documento

reconhece a formação continuada enquanto direito dos (das) profissionais da educação, sendo realizada desde a década de 1980 em diversos formatos, contando com parcerias com Instituições de Ensino Superior, Gerências e Divisões da Secretaria de Educação, institutos públicos e privados. (Recife, 2020, p. 5).

Vê-se, portanto, uma concepção de formação continuada como direito dos educadores em qualificar e melhorar sua prática docente.

Compreende-se que é imprescindível não apenas disponibilizar parcerias e possibilidades para que ocorra tais formações, é essencial que os profissionais possam ter trocas e apoio na realização da sua práxis.

Através dessa abordagem, como segunda concepção, apresenta-se a formação continuada enquanto consolidação e construção de caminhos de valorização do docente ao mesmo tempo em que é percebida como mobilizadora da reconstrução de saberes. Essa concepção se articula com as ideias de Freire (2005, p. 79), que afirmava que “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”. A partir dessa concepção se compreende que é preciso se utilizar dos conhecimentos prévios dos discentes para construir e reconstruir a prática docente.

Outra concepção identificada diz respeito à dialética da formação docente reflexiva alicerçada com as reais necessidades da escola. Sendo assim, nesta concepção é essencial que a formação continuada dos professores esteja em sintonia com as demandas da escola. Nessa perspectiva dialética e dialógica, deve-se reconhecer o professor como o protagonista do processo de formação continuada, incentivando-o a refletir sobre sua identidade, desenvolver sua expertise profissional, melhorar seu desempenho e fortalecer sua autonomia.

Esta concepção relaciona-se com as concepções de formação continuada de professores identificadas nas produções científicas³ socializadas no Encontro de Pesquisas Educacionais do Nordeste (EPEN) que destacaram a relevância de uma formação de professores que seja personalizada para enfrentar os desafios específicos enfrentados pelos docentes em seus diversos campos de atuação.

³ Artigos publicados nos anais do Encontro de Pesquisas Educacionais do Nordeste, objeto de análise do projeto de PIBIC. Os resultados desta pesquisa foram socializados no III Seminário Internacional de Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias em Educação.

Essa concepção presente tanto nas Diretrizes de Recife como nas publicações científicas torna evidente a necessidade de uma abordagem formativa que leve em consideração as particularidades e demandas presentes no cotidiano dos educadores. Isso implica não apenas fornecer conhecimentos teóricos e práticos pertinentes à área de atuação, mas também contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem aos professores lidar de forma eficaz com os desafios emergentes no ambiente educacional contemporâneo.

Outra concepção de formação continuada presente nas Diretrizes, se refere a ter o professor como referência do saber docente. Assim, essa concepção entende que os professores produzem saberes e não são apenas consumidores de saberes produzidos por aqueles que estão fora da escola.

Por fim, foi possível ainda identificar a concepção do compromisso com a melhoria contínua da qualidade da educação, pois a partir do Ciclo Aprofundado de Temáticas presente nas Diretrizes da Formação Continuada de Professores(as) do Recife, busca-se reconhecer a importância do desenvolvimento profissional dos educadores. Este ciclo vai além da simples transmissão de conteúdos, priorizando a reflexão crítica, a troca de experiências e a construção coletiva de conhecimento.

Ao abordar temáticas específicas e pertinentes ao contexto educacional local, o ciclo visa proporcionar aos professores(as) oportunidades de aprofundamento em áreas relevantes para sua prática docente. Isso inclui não apenas aspectos técnicos do ensino, mas também questões sociais, culturais e políticas que impactam o trabalho em sala de aula. Além disso, a concepção do ciclo valoriza a participação ativa dos professores(as), incentivando o diálogo, a colaboração e a autonomia profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, neste estudo foi possível analisar as políticas de formação continuada de professores da EJA no município de Recife. Primeiramente, destacamos a importância da formação continuada como um elemento fundamental na melhoria da qualidade da educação da região, primordialmente, na região do Nordeste do Brasil que apresenta uma das maiores porcentagens de analfabetismo do país, apresentando desafios significativos, sobretudo, na Educação de Jovens e Adultos.

Observou-se que a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife da Educação de Jovens e Adultos (RMER) apresenta elementos que buscam promover uma educação integral, contextualizada e centrada no estudante. Contudo, identificou-se a pouca referência quanto à formação de professores, especificamente à formação continuada.

Contudo, as Diretrizes da Formação Continuada de Professores(as) do Recife provê uma visão abrangente sobre as concepções e estratégias para a formação dos educadores. Foi possível identificar quatro concepções: a formação continuada como direito, como consolidação e reconstrução dos saberes, a formação docente reflexiva em sintonia com as necessidades da escola, e a do professor como referência do saber docente. Essas concepções apresentam uma abordagem dinâmica e ajustável às necessidades dos professores e do contexto local.

Fica evidente a necessidade de uma maior integração e articulação entre a política de ensino e as diretrizes de formação continuada. É fundamental que as políticas educacionais incluam diretrizes claras e eficazes para a formação dos professores, reconhecendo sua importância e fornecendo suporte adequado para o desenvolvimento profissional contínuo. Destaca-se ainda, a necessidade de uma visão mais abrangente e integrada da promoção da formação continuada de professores da EJA. Através de políticas mais direcionadas que atendam às necessidades específicas dos educadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**, 5. Edição, 2021.

CELLARD, A. A. Análise Documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 295-316.

EDUCAÇÃO, Conheça o Brasil - População. IBGE educa. Conheça o Brasil – População EDUCAÇÃO. Educa. IBGE, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o->

brasil/populacao/18317educacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20segundo%20a%20Pesquisa,havia%20sido%206%2C8%25.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, C.; PACHECO, N. Os dispositivos pedagógicos na educação inter/multicultural. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 14, n. 27, p. 102-111, jan./jun. 2008.**

MAINAR, A. A. **A evasão na Educação de Jovens e Adultos do Território Campesino: o que dizem os/as sujeitos/as que não estão mais na escola?** 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2015.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, G. K. S. CHAVES, D. N. O. **Educação de Jovens e Adultos pós-LDB: trajetórias e conquistas.** 2022. Disponível em:
<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2605/1/TCC%203%20-%20Artigo%20Cient%3%ADfco%20-%20%20Final%20-%20Glays%20Kelle%20da%20Silva%20Morreira.pdf>

RECIFE. Rede Municipal. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife.** Conecta Recife, 2021. Disponível em:
<http://www.recife.pe.gov.br/educacao/redemunicipal.php>. Acesso em: 01.02.2024.

RECIFE. Prefeitura do Recife. **Diretrizes da Formação Continuada de Professores (as) do Recife.** 1. ed. Recife, 2020. Disponível em:
<http://www.recife.pe.gov.br/efaerpaulofreire/sites/default/files/DIRETRIZES%20DA%20FORMA%3%87%3%83O%20CONTINUADA%20DE%20PROFESSORES%20%28AS%29%20DO%20RECIFE%202020.pdf>

RECIFE. Prefeitura do Recife. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife.** 2. ed. Recife, 2021. Disponível em:
<http://www.recife.pe.gov.br/efaerpaulofreire/content/educa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-e-adultos-fase-i-e-fase-ii-pol%C3%ADtica-de-ensino-rmer-2021>

SAMPAIO, M. N.; ALMEIDA, R. S. **Práticas de Educação de Jovens e Adultos: complexidades, desafios e propostas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SANTIAGO, E.; BATISTA NETO, J. Formação de professores e prática pedagógica na perspectiva Freireana. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 127-141, jul./set. 2016.

SILVA, M. A. da. **O desafio da dialogicidade entre educadores e educandos na Educação de Jovens e Adultos – EJA.** Dissertação de Mestrado. UNESC, Santa Catarina, 2018.

SILVA, A. C. da; SOUZA, N. dos S.; COSTA, F. A. G. da. A dialogicidade freiriana e o ensino de ciências: revisitando Paulo Freire. **Dialogia**, São Paulo, n. 42, p. 1-17, set./dez. 2022

PACHECO, J. A. Estudos curriculares: desafios teóricos e metodológicos. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 449-472, jul./set. 2013.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/3zxKFGV9mt5vddwqVHv88Fw/?format=pdf>

VALLA, Jorge. A Análise de Conteúdo. *In*: SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (Org.). **Metodologia das Ciências Sociais**. 4. ed. Porto: Costa Cabral, 1990.